



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Grupo de Trabalho da Consolidação Legislativa

Súmula

XII Legislatura – 3ª Sessão

Reunião do Grupo de Trabalho da Consolidação Legislativa
26 de novembro, 15 horas, sala 11 das Comissões

Presenças de Deputados membros do GT:	<ul style="list-style-type: none">– Deputado Gabriel Goucha (PSD);– Deputado Luís Pita Ameixa (PS)– Deputado José Lino Ramos (CDS-PP)
Perito em Legística e Ciência da Legislação:	<ul style="list-style-type: none">– Prof. Alexandre Sousa Pinheiro
Serviços da AR:	<ul style="list-style-type: none">– Cláudia Ribeiro (DSATS)– João Nuno Amaral (DAC)– Ana Vargas (DAC)– Luísa Veiga Simão (DAC)– Maria Leitão (DILP)

Deliberações

O Deputado Gabriel Goucha informou que ele próprio e o Professor Alexandre Sousa Pinheiro tinham reunido com a Presidente da Comissão de Saúde, Deputada Maria Antónia Almeida Santos, para informar sobre o andamento dos trabalhos de consolidação. Tinha ficado combinado que, quando o texto consolidado ficasse pronto, seria dado conhecimento prévio do mesmo à Comissão de Saúde. A Presidente da Comissão alertara o grupo de trabalho para a importância de manter no texto consolidado, na medida do possível, a terminologia adotada nas leis de origem, como forma de facilitar os consensos na aprovação do texto consolidado.

O Coordenador do Grupo de Trabalho deu ainda conta de que a Sra. Presidente da Assembleia da República, através do seu Despacho nº 73/XII, tinha formalizado a constituição do Grupo de Trabalho para a Consolidação Legislativa.

O Professor Alexandre Sousa Pinheiro fez uma breve apresentação do texto consolidado sobre os Direitos e Deveres do Utente dos Serviços de Saúde que tinha sido distribuído aos Deputados. Referiu que tinham sido assinaladas as diferenças em relação aos textos originais e que os Serviços tinham também elaborado um documento de apoio, com todos os diplomas que estão em causa na consolidação, com os respetivos links para a legislação em causa.

Faltava, ainda, a resposta da Administração Central dos Sistemas de Saúde (ACSS) sobre a vigência do Programa especial de acesso aos cuidados de saúde, aprovado pela Lei n.º 27/99, de 6 de março, de forma a poder dar o texto por finalizado da parte técnica.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Grupo de Trabalho da Consolidação Legislativa

O Deputado José Lino Ramos considerou adequada a metodologia adotada e mencionou que caberia agora a cada grupo parlamentar fazer uma avaliação política e apreciar o texto consolidado.

O Deputado Luís Pita Ameixa sugeriu que o texto consolidado, caso fosse apresentado como projeto de lei, subscrito por todos ou alguns dos grupos parlamentares, fosse ainda objeto de uma nota técnica dos Serviços – como acontece relativamente a todos os projetos de lei – e, se possível, remetido ao Governo para este se pronunciar.

O Coordenador do GT lembrou que, estando em causa um projeto de lei, não faria sentido pedir uma pronúncia escrita do Governo e recordou que o Governo tinha indicado um ponto focal do Ministério da Saúde, a Dra. Paula Maia Fernandes, que tem estado a trabalhar com o grupo de trabalho.

Disse, ainda, que os grupos parlamentares teriam toda oportunidade de apreciar o texto e de apresentar as suas sugestões.

Relativamente ao desenvolvimento dos trabalhos do GT, sugeriu que enquanto o texto agora consolidado é objeto de apreciação política, os trabalhos técnicos avancem, em paralelo, já numa outra matéria: a da atividade económica, nomeadamente nas áreas de competência da Comissão de Economia e Obras Públicas, com um objetivo facilitador relativamente ao exercício da atividade económica pelos vários agentes.

Disse ainda que o Sr. Secretário de Estado da Modernização Administrativa tinha demonstrado interesse em colaborar com o grupo de trabalho nesta área, estando disponível, ele próprio ou alguém do seu gabinete, para uma reunião com o GT no próximo dia 10 de dezembro, pelas 14h30.

Os Serviços informaram que na área de competências da 6ª comissão parlamentar não existe ainda uma compilação legislativa, nomeadamente tendo em conta a diversidade de matérias abrangidas, que vão desde o turismo à concorrência, da defesa do consumidor à indústria, à propriedade industrial, ao comércio e serviços, à supervisão e regulação das atividades económicas, ao investimento e internacionalização das empresas, à captação de investimento estrangeiro, à energia, ao QREN e Fundos Estruturais; a construção, obras públicas e transportes, etc.

Foi decidido que os Serviços avançariam com a proposta de 3 ou 4 temas que, no âmbito da 6ª comissão, poderiam ser objeto de compilação, a fim de o GT definir qual seria mais indicado para servir de base à próxima consolidação legislativa.

O Coordenador do GT

Deputado Gabriel Goucha